

Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	306.798	2.669	309.467
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	362.107	19.871	381.978
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	5	-	5
Despesas de Exercícios Anteriores	62.024	17.298	79.322
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	300.078	2.573	302.651
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II)	706.273	313	706.586
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV)*100	0,127778%	0,000157%	0,127835%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,334678%			1.849.876
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,317944%			1.757.382

FONTE: SIAFI2009/2010 - TRT3/DSAOC/SRCA

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$2.367.602,42 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$615.671,24.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque):

despesa liquidada R\$4.788.098,62 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$2.045.451,59.

4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada R\$263.844,30 e despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$130.366,00.

DEOCLÉCIA AMORELLI DIAS
Desembargadora Presidente do TRT da 3ª Região

LINA MARIA PINTO GONÇALVES
Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

ANA RITA GONÇALVES LARA
Chefe do Núcleo de Controle Interno
4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4.582, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante no Processo Administrativo

Eletrônico TRT 4ª nº 0001033-43.2010.5.04.0000.

CARLOS ALBERTO ROBINSON

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	929.804	5.693	935.497
Pessoal Ativo	637.228	2.595	639.823
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	637.228	2.595	639.823
Pessoal Inativo e Pensionistas	292.576	3.098	295.674
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	857	-	857
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	291.719	3.098	294.817
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	299.893	5.110	305.003
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	27.703	2.082	29.785
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	272.190	3.028	275.218
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	629.911	583	630.494
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = [(III c/IV) * 100]	0,113963	0,000105	0,114068

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%			1.321.784
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,227179%			1.255.695

FONTE: SIAFI - SOF/SECOF/TRT 4ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 9.284.795,85.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 8.462.324,37.

4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 1.053.298,13.

CARLOS ALBERTO ROBINSON
PRESIDENTE

CARLOS AITA
ORDENADOR DE DESPESAS

ROBERTO DA GAMA MÓR
DIRETOR DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SUBSTITUTO

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

5ª REGIÃO

ATO Nº 335, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2.º QUADRIMESTRE DE 2011

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	659.871	3.779	663.650
Pessoal Ativo	480.731	3.768	484.499
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Jud. c/ Precat. (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	480.731	3.768	484.499
Pessoal Inativo e Pensionistas	179.140	11	179.151
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais c/ Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais desp. Com Pessoal Inativo e Pensionistas	179.140	11	179.151
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceiriz. (art.18, § 1º LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	190.540	3.778	194.318
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	17.235	3.778	21.013
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	173.305	-	173.305
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL. (III) = (I - II)	469.331	1	469.332
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% DA DESP. TOTAL C/ PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	0,084911%	0,000000%	0,084911%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,207065%		1.144.517
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,196712%		1.087.291

FONTE: SIAFI e SVCNT/D.G./TRT5

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 2.394,00. 3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.393,00.